UPDATE

qpdc
Digital Business Community

#72
JULHO 2021

qpdc VdA

Digital Union

CONECTIVIDADE

Peça-chave para um futuro digital

As metas europeias para o digital são ambiciosas e a conectividade assume um papel fundamental, face aos grandes desequilíbrios que persistem entre países e regiões. Portugal é um exemplo e há que saber tomar as decisões certas. O desafio é saber quais.

A EUROPA tem metas bem definidas para alcançar no âmbito do digital até ao final desta década, com a conectividade a ter um papel centrão, ao permitir acesso gigabit para todos e 5G em toda a parte. O problema é que o ponto de partida entre os 27 estados-membros é extremamente desigual e há mesmo grandes desequilíbrios dentro de cada país que urgem resolver, sob pena de não se alcançarem as ambições definidas.

A situação nacional exemplifica bem esta realidade. Quando se debate no Parlamento a nova Lei das Comunicações Eletrónicas, que quer até ir mais além da legislação comunitária, subsistem muitas dúvidas e multiplicam-se os alertas sobre o seu impacto. Equilíbrio do setor, capacidade de investimento e dar prioridade à concorrência em detrimento da inovação são receios.

No primeiro Webinar do ciclo "Digital Union", destinado a discutir os temas relevantes do digital, numa iniciativa que resultou de uma parceria entre a APDC e a VdA, debateram-se as vantagens e os riscos para o futuro de um tema verdadeiramente complexo. Como destacou Rogério Carapuça, Presidente da APDC", é fundamental "saber o que está a ser preparado na UE para o digital. Quer em termos de políticas públicas, quer de regulação".

É que as decisões e orientações de Bruxelas no que respeita ao digital e à conetividade "afetarão todos os setores e atividades e terão impactos no Estado. A componente jurídico-legal e a regulação atravessam tudo isso. Podem, às vezes, ser um espartilho ou um fator de aceleração, de desenvolvimento e de motivação. É isso que queremos com esta discussão", acrescentou Fernando Resina da Silva, Partner da VdA.

A 'fasquia' da UE é "muito elevada", como deixou claro Tiago Bessa, Partner da VdA, que apresentou o tema da conetividade, enquanto "capacidade de disponibilizar uma ligação à internet para qualquer utilizador", sendo um "fator essencial de coesão, de ligação entre pessoas, localidades e nações. É algo fundamental para a transição digital, o progresso científico, a inovação e o desenvolvimento das tecnologias".

O Digital Compass, apresentado pela Comissão Europeia no início de março, fornece a visão e

Com a nova Lei das Comunicações Eletrónicas em debate na AR, subsistem muitas dúvidas e multiplicam-se os alertas sobre o seu impacto no mercado. Teme-se que as novas regras, que vão além do estabelecido por Bruxelas, afetem o equilíbrio do setor, assim como a sua capacidade de investimento. Dar prioridade à concorrência em detrimento da inovação é outro receio

as metas para que a Europa tenha sucesso na sua transformação digital até 2030. Pretende-se que se transforme no continente com maior capacidade de conectividade em termos de redes de muito alta capacidade e de massificação do 5G. O problema, segundo Tiago Bessa, é que "ainda estamos muito longe destas metas e são necessárias muitas ações e medidas para as alcançar". Destaca três documentos fundamentais, quando se analisa a importância da conectividade para o futuro do digital: a Diretiva Braodband Cost Reduction, que está em revisão e é muito relevante para reforçar os direitos dos operadores no acesso às infraestruturas; o Código Europeu das Comunicações Eletrónicas (CECE), enquanto pilar central da estratégia de conectividade europeia; e a Recomendação Connectivity Toolbox, que consagra 39 boas práticas para permitir o reforço da conetividade.

CECE: UM MONSTRO JURÍDICO EUROPEU

Para o jurista, o CECE, o "pilar central da estratégia de conectividade, é um monstro jurídico, altamente complexo, sendo a sua interpretação uma loucura". Apesar de consagrar não uma revolução, mas uma evolução do que está a ser feito desde 2002, embora tenha também novidades significativas. Como passar a integrar os OTT's, de uma forma light touch; reforçar a proteção dos consumidores; definir um novo conceito e novas regras de promoção do investimento em redes de capacidade muito elevada;

Rogério Carapuça
Presidente, APDC

"Com esta parceria da APDC com a VdA, vamos ter a possibilidade de, neste ciclo do Digital Union, discutir alguns temas muito relevantes nas nossas vidas, porque o digital hoje é um tema extraordinariamente relevante. A pandemia que vivemos tornou esse facto ainda mais evidente"

"Uma das grandes diferenças entre o que nos está a acontecer agora e aquilo que aconteceu aos nossos antepassados, há 100 anos atrás, quando uma pandemia semelhante atacou o mundo, é a existência das tecnologias, do ecossistema digital e de todas as transformações digitais que estão a acontecer"

"O digital hoje assume importância quer nos aspetos geoestratégicos, quer nos aspetos diários da nossa vida. Por isso, é muito importante saber o que está a ser preparado ao nível da UE, do ponto de vista das políticas públicas, de regulação e de ordenamento jurídico"

Fernando Resina da Silva
Partner, VdA

"A UE tem tido iniciativas muito abrangentes no digital, que o governo português tem acompanhado, que percorrem todos os setores de atividade. A pandemia acelerou a transição para o digital e tudo isto se tornou muito urgente e importante para todos nós"

"A CE estimou como limiar mínimo de alocação à transição digital pelo menos 20% das verbas do PRR, mas Portugal ultrapassou essa meta. Por aqui, vemos a dimensão da aposta no digital, que afetará todos os setores e atividades e terá impactos, ao nível do Estado, que é o grande player que necessita de uma transição digital mais acelerada, das empresas e das pessoas"

"A componente jurídico-legal, e a regulação em particular, é relevante em todo este processo. Podem, às vezes, ser um espartilho, mas não mais do que o que é necessário que seja e muitas vezes isso não ocorre. Mas podem ser também um fator de aceleração, motivador da competitividade, do desenvolvimento e da inovação. É essa parte que queremos abordar, explorar e incentivar"

---

ou, em termos de regulação, o retorno das obrigações e a criação de novas obrigações assimétricas, como a existência de empresas meramente grossistas.

Destaca ainda a aprovação de um princípio de harmonização máxima, que obriga os estados-membros a seguirem as medidas preconizadas no CECE. O diploma é tão complexo que deveria ter sido transposto para os estados-membros até final de 2020, mas apenas 4 países o conseguiram fazer. Portugal é um dos incumpridores, estando neste momento a proposta de lei da transposição em debate no Parlamento.

E há medidas que estão a gerar forte discussão e contestação nesta proposta de lei. Como as ligadas ao reforço da proteção dos consumidores ou em torno do 5G. É que se Bruxelas quer utilizar os leilões para dinamizar a concorrência no mercado, reservando faixas de espetro para novos entrantes e impondo condições aos atuais operadores, pretende em paralelo garantir condições de concorrência futura e que não existam entraves ao investimento nestas infraestruturas.

Sérgio Gonçalves do Cabo, Partner da Luís Silva Morais, Sérgio Gonçalves do Cabo & Associados, que presidiu ao grupo de trabalho que elaborou a proposta de transposição do CECE, concorda que o projeto da Lei das Comunicações Eletrónicas, que foi apresentado em abril pelo Governo à Assembleia da República e cujo processo legislativo continua em curso, é um processo complexo e com muitas matérias.

Entre os temas que estão a gerar debate salienta a definição do que são autoridades competentes, além do regulador, assim como a avaliação do impacto regulatório, a cooperação entre operadores e as obrigações assimétricas, impostas aos players com poder de mercado significativo. Na sua opinião, o CECE vem "criar espaço para uma autorregulação ou regulação por compromisso, com a consequente redução da regulação ex-ante, que só fará sentido onde for necessária, tendo menor espaço para intervir".

O levantamento geográfico das redes, que terá que ficar disponível dois anos após a aprovação da proposta de lei, de enorme relevância para a definição das obrigações de cobertura, para o serviço universal e para a aplicação de fundos públicos, é também destacado. Tal como a "área mais problemática dos direitos dos utilizadores", com 34 artigos consagrados no CECE, sobre temas como não deixar ninguém de fora no acesso, fidelizações, pacotes de serviços, comparabilidade de ofertas ou duração dos contratos.

DA VISÃO ESTRATÉGICA À REALIDADE DE MERCADO

A sessão de debate sobre este tema, da maior importância para o futuro de Portugal e da Europa, começou com uma visão europeia dada por Ricardo Castanheira, Digital & Telecom Counselor da REPER. Trata-se de ter "uma visão estratégica para o futuro", que foi reforçada no âmbito da presidência portuguesa, que agora terminou, saldando-se num sucesso em tudo o que respeita às comunicações eletrónicas, inteligência artificial ou aos dados.

Sendo um dos grandes objetivos afirmar a soberania estratégica da UE do ponto de vista digital, como a região mais conectada do mundo, apresentado no âmbito do Documento estratégico da "Bússola Digital 2030", Ricardo Castanheira deixa claro que "há muito quer fazer em todas as áreas da conetividade".

Tiago Bessa

Partner, VdA

"A conetividade é um fator essencial de coesão, de ligação entre as pessoas, as localidades e nações. É algo de fundamental para a transição digital, o progresso científico, a inovação e o desenvolvimento das tecnologias. Falamos de futuro e a UE colocou a fasquia muito elevada, com o Digital Compass 2030. Ainda estamos muito longe destas metas e são necessárias muitas ações e medidas"

"O pilar central da estratégia de conectividade da UE é o CECE. É um monstro jurídico, uma loucura para a sua interpretação, pois é altamente complexo. Não contempla uma revolução do quadro legal e regulatório aplicável, que vinha de 2002, mas uma evolução, com novidades significativas. Como a aprovação de um princípio de harmonização máxima"

"Um dos objetivos regulatórios do CECE são as redes de muito alta capacidade. Assim como o reforço das obrigações simétricas que não dependam de poder de mercado significativo, sobretudo obrigações de acesso que possibilitem a instalação e massificação de redes de muita alta velocidade ou de banda larga"

Sérgio Gonçalves do Cabo

Partner, Luís Silva Morais, Sérgio Gonçalves do Cabo & Associados

"Apesar de ser um monstro jurídico, o CECE resulta de uma tentativa de agregação de várias diretivas que já existiam e que Portugal já tinha agregado com a Lei das Comunicações Eletrónicas. Num certo sentido, fomos precursores no que respeita ao esforço de sistematização feito pela CE"

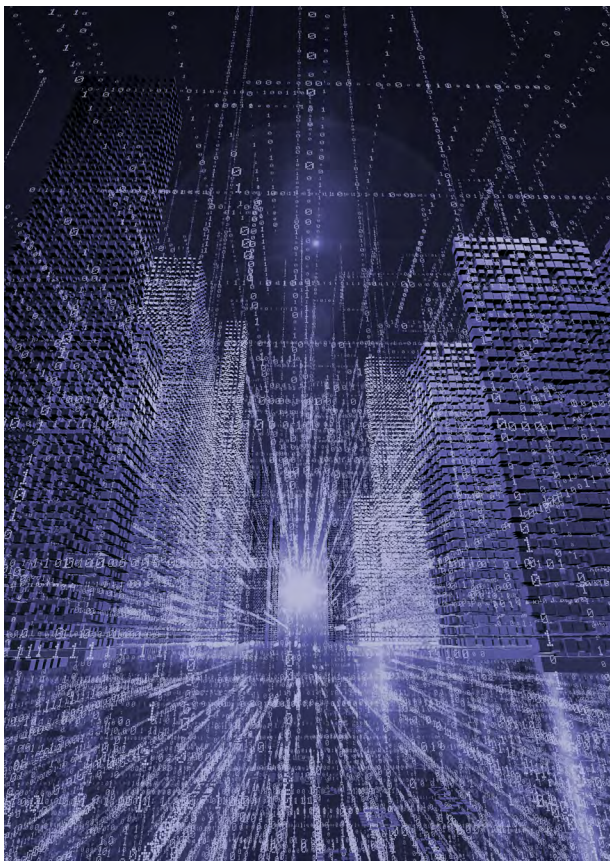
"O que está em cima da mesa é identificar um conjunto de pontos críticos relevantes para a transposição. E as matérias são muitas e complexas. Como o que são outras autoridades competentes, além do regulador. Ou a avaliação do impacto regulatório. Ou a cooperação entre operadores e as obrigações assimétricas, impostas a quem tem poder de mercado significativo"

"Uma das áreas mais problemáticas do CECE é a dos direitos dos utilizadores. Foi sempre sempre um tema fundamental no processo de abertura das comunicações e esta dimensão da liberalização foi sendo muito reforçada. Há cerca de 34 artigos sobre direitos dos utilizadores"

A começar pela cobertura em 5G, que hoje abrange apenas 14% das áreas populacionais, quando a meta é chegar a 100% em 2030. Já a cobertura gigabit é de 59%, mas ainda faltam 41% até final da década. Também não há ainda soluções de computação quântica, que são fundamentais, mas que dependem de redes de alta velocidade. E estamos muito atrás em termos de dados, com este responsável a citar a adoção de serviços cloud, que na UE são usados por apenas um quarto das empresas, o mesmo que na adoção de soluções de inteligência artificial.

"Para atingirmos estes objetivos, temos vários caminhos. A parte regulatória é uma delas, mas temos ainda a parte de investimento, assim como a dimensão programática", explica. Como a assinatura, no 1º semestre deste ano, da declaração sobre a conectividade internacional, "que é absolutamente relevante". É que sem isto "não há soberania, nem se pode falar em dados, nem em soluções de inteligência artificial, de machine learning e de computação quântica".

Havendo "manifestamente um gap na conetividade em termos europeus, assim como vários gaps sociais quando se fala em dimensão digital", tudo dependerá para Ricardo Castanheira, da interação e integração europeia. Sendo a dimensão financeira essencial, destaca que os PRR serão uma parte importante para o investimento, assim como o programa Connecting Europe Facility (CEF) e a sua componente digital, energética e de transportes, com 2,2 mil milhões de euros para o digital, e aproveitar as infraestruturas para integrar redes de comunicação. Já o programa Europa Digital que, não tratando especificamente de conectividade, está ligado a estes investimentos, porque tem um pilar de segurança que é essencial para o tema, com mais 7,6 mil milhões de euros para áreas estratégicas.



No primeiro Webinar do ciclo "Digital Union", destinado a discutir os temas relevantes do digital, numa iniciativa que resultou de uma parceria entre a APDC e a VdA, debateram-se as metas europeias no digital, num quadro de grandes assimetrias entre estados-membros

"Andamos na Europa a gerar redundâncias permanentemente, porque desenvolvemos soluções em muitos países que outros também estão a desenvolver. Com isto, não ganhamos escala e a Europa precisa de ter escala. É a única forma de sermos competitivos com os EUA e China, em particular", salienta.

Defendendo que a "filosofia de ter projetos

Ricardo Castanheira

Digital & Telecom Counselor, REPER

"Um dos grandes objetivos da UE é afirmar a sua soberania estratégica do ponto de vista digital, como a região mais conectada do mundo. Há muito que fazer em todas as áreas da conetividade. Na presidência portuguesa, foi apresentado o documento estratégico da Década Digital 2030, tendo a conetividade uma parcela importante, associado ao ponto cardeal das infraestruturas. Estamos a partir bastante mais atrás do que era desejável"

"Na Europa, andamos a gerar redundâncias permanentemente, porque desenvolvemos soluções em muitos países e não ganhamos escala. Quando esta é a única forma de sermos competitivos com os EUA e China, em particular"

"O que está por detrás deste novo bundle de programas de financiamento é ter projetos supranacionais. Daqui para a frente, é preciso construir sinergias e gerar parcerias que vão muito além da capelinha portuguesa e ultrapassam as fronteiras nacionais"

Pedro Mota Soares

Secretário-Geral, Apritel

"Portugal tem um setor das comunicações que é exemplar quando comparados com outros países europeus. Está neste momento na liderança da cobertura de redes de muito alto débito. Isso só foi possível graças a muito investimento, totalmente privado, feito pelos operadores"

"Durante a pandemia, a capacidade instalada das nossas redes aguentou os aumentos de tráfego avassaladores. Não estou a dizer que não há coisas ainda por fazer. Certamente que há que continuar a trabalhar na cobertura e na qualidade das redes, que é contínuo e faz sentido"

"Até aqui, o país tinha um sistema que permitiu sempre que houvesse uma programação do investimento, porque havia um quadro de equilíbrio entre todas as partes. O tema das fidelizações permite que todos possam ganhar, é uma solução win-win: para os consumidores, para os operadores, que podem programar os seus investimentos, mas acima de tudo, ganha o país, na capacidade e qualidade das redes, que são absolutamente essenciais para os desafios que temos"

---

supranacionais está por detrás este novo bundle de programas de financiamento, deixa a mensagem de que a partir de agora "é preciso construir parcerias e gerar sinergias que vão além da capelinha portuguesa e ultrapassem as fronteiras nacionais. É uma responsabilidade de todos criar condições para que as empresas tenham condições para gerar estas sinergias, porque é a única forma de serem financiadas".

Mas como é que os operadores nacionais olham para a realidade atual e para o pacote que está em debate na AR? Pedro Mota Soares, secretário-geral da Apritel, começa por destacar que "o setor das comunicações nacional é exemplar, quando comparado com a UE", quer em termos de cobertura quer de qualidade das redes. Uma realidade que só foi possível "graças ao investimento totalmente privado feito pelos operadores".

Entre 2015 e 2019, o gestor estima que o investimento realizado pelos operadores nacionais tenha sido de 5,2 mil milhões de euros, dotando o país "de uma capacidade de redes com cobertura muito extensa, uma forte resiliência e grande qualidade", comprovadas pela situação pandémica. O que "não quer dizer que não haja coisas para fazer, em termos de aumento da cobertura e qualidade das redes", para continuar a aumentar o trabalho de cobertura e qualidade das redes. Aqui, defende que fará sentido pensar em alocar investimento público, nomeadamente nas zonas brancas, onde a cobertura é baixa ou inexistente.

Reiterando que os consumidores beneficiam de "serviços de elevada qualidade, a preços muito reduzidos, comparando francamente bem na média europeia", destaca que o país sempre teve um sistema que permitiu a "programação do investimento, porque havia um quadro de equilíbrio entre todas as partes". É o caso das fidelizações, uma solução que considera ser win-win para consumidores e operadores, assim como para o país, em termos de capacidade e qualidade das redes, "essenciais para os enormes desafios que temos da transição digital e coesão social e geográfica".

Por isso, defende que "é muito importante dar condições e não se mudar um quadro que tem funcionado", garantindo por exemplo a capacidade dos operadores investirem no leilão de 5G, que "significará também um reforço das redes 4G e implicará uma grande capacidade de investimento".

CONCORRÊNCIA: UM PROCESSO OU UM RESULTADO?

Para Álvaro Nascimento, Associate Professor of Banking & Finance da UCP, a concorrência deve ser olhada como um processo e não como um resultado, o que parece estar a ser esquecido no caso nacional. Defendendo que há que encontrar nas comunicações uma "dinâmica que permita liberdade de escolha e igualdade de oportunidades", diz que no "quadro jurídico e institucional que está a ser montado, o regulador está mais focado no resultado que no processo, com a construção de um mercado concorrencial que não existe na prática".

"O diabo está nos detalhes. Há todo um foco excessivo num resultado e não numa dinâmica concorrencial que todos sabemos que existe", acrescenta. Mesmo ao nível europeu, "avançou-se imenso num quadro de comunicações europeu muito mais livre, mas continua tudo muito

Álvaro Nascimento
Associate Professor of Banking & Finance, UCP

"A concorrência é um processo e não um resultado. Há que encontrar uma dinâmica que permita liberdade de escolha e igualdade de oportunidades. O problema é que o trabalho com o regulador é extremamente difícil. Está mais focado no resultado, com uma construção do mercado concorrencial que não existe na prática"

"Falta-nos um verdadeiro assessment da concorrência. Estamos a evoluir no sentido de uma construção teórica do modelo, mas temos sido pouco eficazes na avaliação da contestabilidade dos mercados. Esquecemo-nos que as indústrias mudam todos os dias em termos de modelos de negócio e que há novas dinâmicas concorrenciais. Esta análise está a falhar"

"Há um trade-off entre promover mais concorrência e mais inovação e desenvolvimento. Quando se promove um excesso de operadores, está a destruir-se o incentivo ao investimento. É a sensação que tenho no atual contexto do 5G. Receio que estejamos a pensar numa estrutura que pode acabar em excesso de capacidade instalada e vamos perder eficiência a prazo. E, mais adiante, o mercado vai reorganizar-se"

---

centrado nos mercados específicos. Se olharmos para a origem da abertura deste mercado, foi vendida com uma arquitetura com infraestruturas que seriam concorrenciais e os consumidores escolheriam. Agora, já se fala em partilha, considerando que não é um investimento reprodutivo".

Admitindo que o tema é extremamente complexo, considera que "o regulador se tornou demasiado europeu, institucionalista e pouco confiante no funcionamento do mercado. Estamos a evoluir na construção teórica do modelo da concorrência, mas temos sido pouco efetivos na avaliação da contestabilidade dos mercados. Esquecemo-nos que as indústrias mudam todos os dias em termos de modelos de negócio e que existem dinâmicas de concorrência que não existiam antes. Estamos num quadro que é muito de políticas públicas e muito pouco de privadas".

Já no âmbito do período de Q&A, quando questionado sobre a multiplicidade de operadores na Europa face aos restantes continentes, Ricardo Castanheira deixa claro que essa será uma decisão do mercado e não de Bruxelas, se os operadores entenderem que a interação lhes dará mais escala e capacidade de investimento. Ainda assim, e olhando para mercados como os Estados Unidos, onde os players estão a entrar em força no negócio dos conteúdos, defende que o movimento é inexorável e que acabará por acontecer na Europa.

Acresce que os operadores europeus têm que perceber que se vive "um momento novo" e que terão que se adaptar a uma nova realidade. "Não basta pedir para, por exemplo incluir os OTT's nas diversas regulações e depois ficarem

estáticos, mantendo os seus modelos de negócio, quando tudo está em transformação. É preciso que as telcos, que muito fizeram em investimento, se adaptem a uma nova realidade", defende.

Acrescem as grandes assimetrias que continuam a persistir no panorama europeu, diz Álvaro Nascimento. Sendo "a questão da concorrência e rivalidade e não de poder de mercado", o papel do regulador terá de "focar-se no processo", garantindo que este é "equilibrado e equitativo, sem distorções", e não no resultado, porque com isto está "a introduzir elementos de distorção na vida das empresas que podem ter efeitos perniciosos".

E cita o caso da obrigatoriedade de abertura das redes dos operadores como um exemplo do que não se deve fazer. "Há que preservar o bem comum, mas manter o bem privado. Abrir uma rede privada à concorrência tem implicações seríssimas na forma como se gere a infraestrutura, nomeadamente em termos de qualidade. O que está em causa é o elemento de diferenciação. São nestes debates que vivemos em esquizofrenia".

Sobre o eventual fim das fidelizações de dois anos e dos novos valores das compensações por incumprimento, Pedro Mota Soares salienta que "é importante não mexer num sistema que está equilibrado e em que todos ganham". Sobretudo porque nos próximos anos, o país terá de investir muito na capacidade das redes: "estamos a falar de investimentos muito avultados e que precisam de ter estabilidade. Senão, atrasa-se o desafio da transição digital. É importante que a reflexão na AR seja informada".

Sobre o leilão do espetro para o 5G, que continua a decorrer, e a entrada de novos concorrentes e o seu impacto no mercado, Álvaro Nascimento defende que quando mais players existirem, maior necessidade haverá de partilha dos investimentos. Para o economista, há uma clara opção por mais concorrência em vez de mais inovação, pelo que se corre o risco de haver excesso de capacidade instalada, perdendo-se eficiência a prazo.

"De uma forma global, tem havido alguma perversidade dos mecanismos de leilão, construídos mais na maximização da receita do que no progresso e no bem-estar. Por isso, muitas vezes desenharam-se modelos em que não se pensou na sustentabilidade e, mais adiante, o mercado reorganizou-se, até com reconstituições de monopólios naturais", explica, acreditando que "do ponto de vista geral, o concurso do 5G é capaz de não estar completamente equilibrado para garantir um mercado concorrencial. Não deixar ao mercado os instrumentos e a liberdade para a diversidade poderão resultar, no futuro, por haver um processo ao contrário, de consolidações".•

>>>> Aceda
>> ao vídeo
> do Evento

https://youtu.be/ahvRl4HqrXA

Patrocinadores Silver

accenture altice BOLD by devoteam Capgemini engineering

ERICSSON HUAWEI NOKIA NOS vodafone

Patrocinadores Bronze

AXIANS CISCO DELOITTE DXC TECHNOLOGY GOOGLE
HP HPE IBM INETUM MICROSOFT MINSAIT SAP SAS

Parceiros

NOSSA VIATECLA VdA

UPDATE apdc

O UPDATE tem como objectivo disponibilizar informação estruturada sobre cada uma das iniciativas promovidas pela APDC. Pretende-se facilitar, a todos os interessados, um arquivo com os conteúdos mais relevantes de cada evento, que poderá ser consultado em www.apdc.pt